

ATA NÚMERO 31/XV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de julho de 2022, pelas 10:05 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição do Senhor Vice-Governador do Banco de Portugal, no âmbito do requerimento do GP do PS, relativo a comissionamento bancário;
- 2. Aprovação das atas n.º 28 a 30;
- 3. Discussão e votação do parecer da Conta Geral do Estado 2020; Relator: Sérgio Ávila
- 4. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª (GOV) Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;

Relatora: Deputada Vera Braz

- Designação de relator do parecer do Projeto de Lei n.º 200/XV/1.ª (IL) -Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho);
 Cabe ao GP PSD
- 6. Outros assuntos.

Audição do Senhor Vice-Governador do Banco de Portugal, no âmbito do requerimento do GP do PS, relativo a comissionamento bancário;

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças abriu os trabalhos, cumprimentando o Senhor Vice-Governador, Dr. Luís Máximo dos Santos e a Sra. Diretora do Departamento de Supervisão Comportamental, Dra. Lúcia Leitão, e todos os Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito do requerimento do GP do PS, relativo a comissionamento bancário.



ATA NÚMERO 31/XV/ 1.ª SL

Em sede de primeira tronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Matos (PS), Duarte Pacheco (PSD), Rui Afonso (CH) e Bruno Dias (BE), tendo o Senhor Vice-Governador respondido individualmente a cada uma das questões.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Hugo carvalho (PS), Duarte Pacheco (PSD) e Bruno Dias (BE), tendo o Senhor Vice-Governador respondido ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados.

No âmbito de terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Matos (PS) e Vera Braz (PS) posto o que o Senhor Vice-Governador e a Sra. Diretora do Departamento de Supervisão Comportamental responderam ao conjunto de questões efetuadas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença dos representantes do Banco de Portugal, dando, de seguida, por finalizada a audição.

A audição, que constitui parte integrante desta ata, foi gravada em suporte vídeo pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo e diversa informação relativa à audição, pode ser consultada na página internet da audição.

2. Aprovação das atas n.º 28 a 30;

Não se verificando qualquer pedido de palavra por parte de qualquer senhor deputado, o Senhor Presidente colocou as atas conjuntamente à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do IL, PCP, BE e PAN.

3. Discussão e votação do parecer da Conta Geral do Estado 2020; Relator: Sérgio Ávila

O senhor Deputado Sérgio Ávila (PS) apresentou o parecer de que foi autor.

O senhor deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) solicitou a palavra para referir que compreendia que o parecer é muito extenso, o que implica que sejam feitas opções quanto à informação que consta do parecer. Contudo, disse que verificava que o Senhor deputado relator selecionou as informações que mais agradam o Governo e omitiu as



ATA NÚMERO 31/XV/ 1.ª SL

que o desagradam. Salientou, em particular, os seguintes exemplos: (i) o parecer do tribunal de Contas, relativamente ao combate à pandemia, salienta que, das 22 medidas previstas, 14 não tiveram execução e, mesmo nas que tiveram, esta ficou abaixo de 60%; (ii) o parecer do CES também destaca que o esforço orçamental português se encontra abaixo da média europeia; (iii) a afirmação feita na página 7, relativa às recomendações formuladas que, segundo foi referido no parecer, decresceram 48% em face de 2015, é do domínio da opinião pelo que deveria estar na secção relativa à opinião do relator.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente devolveu a palavra ao senhor deputado relator, que salientou que a referência ao ano de 2015 não era da sua autoria, constando expressamente do resumo feito pelo Tribunal de Contas no seu relatório, pelo que se trata de um dado factual e não de uma opinião.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do IL, PCP, BE e PAN.

4. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª (GOV) - Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;

Relatora: Deputada Vera Braz

A Senhora Deputada vera Braz (PS) apresentou o parecer de que foi autora. Colocado à discussão, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a palavra para saudar a relatora. De seguida o parecer foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do IL, PCP, BE e PAN.

 Designação de relator do parecer do Projeto de Lei n.º 200/XV/1.ª (IL) -Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho);

Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) indicou, como relator do parecer, o Senhor Deputado Carlos Reis (PSD).



ATA NÚMERO 31/XV/ 1.ª SL

6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente disse ter alguns assuntos rápidos para tratar com os Senhores Deputados. Começou por recordar que os contributos solicitados pelo Tribunal de Contas relativamente à preparação do seu Plano Estratégico Trienal deveriam ser enviados até à próxima sexta-feira, 15 de julho, solicitando que os mesmo pudessem ser enviados assim que possível. Disse ainda que a reunião do dia sequinte seria desconvocada, uma vez que o senhor Governador do Banco de Portugal não poderia estar presente na audição marcada, por motivos pessoais imperiosos. Mais referiu que brevemente a agenda da COF para a semana em curso e para a seguinte, salientando a reunião conjunta com a CAE, que se realizaria no dia seguinte, para audição do Senhor Ministro das Finanças, e a reunião ordinária de quarta-feira da semana seguinte. Referiu ainda que seria necessário marcar uma reunião de mesa e coordenadores, para fixação da data para reinício dos trabalhos, após a suspensão do Verão. Por fim, relativamente ao requerimento apresentado pelo GP PSD para audição do Tribunal de Contas sobre a auditoria ao financiamento público e gestão do Novo Banco, solicitada para antes da interrupção dos trabalhos parlamentares, recordou que tratando-se de um Tribunal, este iniciaria as férias judiciais a 15 de julho, pelo que não seria expectável que a audição pudesse ocorrer antes de setembro.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 julho 2022.

(FÍLIPE NETO BRANDÃO)



ATA NÚMERO 31/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)

Carlos Brás (PS)

Carlos Pereira (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Jamila Madeira (PS)

Miguel Cabrita (PS)

Miguel Matos (PS)

Pedro Anastácio (PS)

Sérgio Ávila (PS)

Vera Braz (PS)

Alexandre Simões (PSD)

Duarte Pacheco (PSD)

Hugo Carneiro (PSD)

Joaquim Miranda Sarmento (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Patrícia Dantas (PSD)

Paula Cardoso (PSD)

Sérgio Marques (PSD)

Rui Afonso (CH)

Bruno Dias (PCP)

Inês De Sousa Real (PAN)

Hugo Carvalho (PS)

Jorge Seguro Sanches (PS)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Costa (PS)

Carla Castro (IL)

Mariana Mortágua (BE)